



ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

1 Nos dias vinte e sete e vinte e oito de junho de dois mil e vinte e três, foi realizada a 1ª Reunião
2 Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), no Salão Londres, Windsor
3 Hotel, SHS Qd. 05 bloco H - Brasília - DF, Estiveram presentes na reunião as seguintes
4 conselheiras – Dia 27/06/2023: **Adélia Moreira Pessoa**, Representante do Instituto Brasileiro de
5 Direito de Família (IBDFAM); **Adriana Rodrigues Martins**, Representante do Ministério das
6 Relações Exteriores (MRE); **Adriana Rosa dos Santos**, Representante do Capítulo Brasil Fórum de
7 Mulheres do Mercosul (FFM); **Alice Bianchini**, Representante de Notório Saber; **Alice Utida**
8 **Ferreira Manica**, Representante da Casa Civil da Presidência da República; Cida Gonçalves,
9 Ministra das Mulheres e Presidente do CNDM; **Berenice D'arc Jacinto**, Representante da
10 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); **Carmen Foro**, Secretária
11 Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política e Vice-presidente do
12 CNDM; **Celecina Rodrigues dos Santos**, Representante do Instituto Eco Vida; **Celina Alves**
13 **Padilha Arêas**, Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB);
14 **Cleide Silva Pereira Pinto**, Representante da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
15 (FENATRADE); **Deusimar Corrêa**, Representante do Centro de Estudos Afro-Religioso e Cultural
16 Rumpaimé Héviosô Zôonokum Mean; **Elisângela Lizardo de Oliveira**, Representante do
17 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); **Francilene Carvalho de Mesquita**,
18 Representante do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN);
19 **Gilcelene Braga Assumpção**, Representante da Evangélicas por Igualdade de Gênero (EIG);
20 **Glaucia de Fátima Barban Morelli**, Representante da Confederação das Mulheres do Brasil
21 (CMB); **Grace Fátima Souza Rosa**, Representante do Ministério da Saúde (MS); **Ivanete Alves de**
22 **Oliveira**, Representante da União de Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO); **Jane Maria**
23 **Vilas Boas**, Representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima (MMA); **Karina**
24 **Miranda**, Representante do Ministério da Cultura (MinC); **Kátia Evangelista Regis**,
25 Representante do Ministério da Igualdade Racial (MIR); **Laudelina Inácio da Silva**, Representante

26 da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ); **Luanda Pires**, Representante
27 do Notório Saber; **Mara Luzia Feltes**, Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT);
28 **Maria Luiza Fonseca Valle**, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
29 **Mariana Braga Teixeira**, Representante do Ministério da Cultura (MINC); **Nágyla Maria**
30 **Galdino Drumond**, Representante da Confederação Nacional das Associações de Moradores
31 (CONAM); **Patricia Laundry Mollo Vieira**, Representante do Ministério da Educação (MEC);
32 **Sandra Laules**, Representante da Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência;
33 **Sônia Maria Zerino da Silva**, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na
34 Indústria (CNTI); **Valéria Cristina Passos Valentim**, Representante do Ministério do
35 Planejamento e Orçamento (MPO); **Vanja Andrea Reis dos Santos**, Representante da União
36 Brasileira de Mulheres (UBM).: e os seguintes assessores técnicos, **Ana Rocha**, Representante do
37 Ministério das Mulheres; **Carla Ramos**, Representante do Ministério das Mulheres; **Dandara**,
38 Representante do Ministério das Mulheres; **Júlio César da Mota**, Chefe de Divisão do Ministério
39 das Mulheres; **Maria Luiza R. de Aquino**, Representante do Ministério das Mulheres; **Rosemberg**
40 **Ricardo de Sales**, Representante do Ministério das Mulheres; **Sandra Lia Bazzo Barwinski**,
41 Coordenadora-Geral do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) do Ministério das
42 Mulheres; **Sandra Marrocos**, Representante do Ministério das Mulheres (MM); Estiveram
43 presentes na reunião as seguintes conselheiras – Dia 28/06/2023: **Adélia Moreira Pessoa**,
44 Representante do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM); **Adriana Rodrigues**
45 **Martins**, Representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE); **Adriana Rosa dos Santos**,
46 Representante do Capítulo Brasil Fórum de Mulheres do Mercosul (FFM); **Alessandra Santos de**
47 **Almeida**, Representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP); **Alice Bianchini**, Representante
48 de Notório Saber; **Alice Utida Ferreira Manica**, Representante da Casa Civil da Presidência da
49 República; Cida Gonçalves, Ministra das Mulheres e Presidente do CNDM; **Berenice D’arc**
50 **Jacinto**, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE);
51 **Celecina Rodrigues dos Santos**, Representante do Instituto Eco Vida; **Celina Alves Padilha**
52 **Arêas**, Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); **Cleide Silva**
53 **Pereira Pinto**, Representante da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
54 (FENATRADE); **Denise Santos Aguiar de Sá**, Representante do Ministério da Cultura (MINC);
55 **Deusimar Corrêa**, Representante do Centro de Estudos Afro-Religioso e Cultural Rumpaimé
56 Héviosô Zôônokum Mean; **Dirlene Marques**, Representante da Rede Feminista; **Elisângela**

57 **Lizardo de Oliveira**, Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
58 **Francilene Carvalho de Mesquita**, Representante do Movimento de Reintegração das Pessoas
59 Atingidas pela Hanseníase (MORHAN); **Gilcelene Braga Assumpção**, Representante da
60 Evangélicas por Igualdade de Gênero (EIG); **Glaucia de Fátima Barban Morelli**, Representante
61 da Confederação das Mulheres do Brasil (CMB); **Grace Fátima Souza Rosa**, Representante do
62 Ministério da Saúde (MS); **Ivanete Alves de Oliveira**, Representante da União de Negras e Negros
63 pela Igualdade (UNEGRO); **Jane Maria Vilas Boas**, Representante do Ministério do Meio
64 Ambiente e Mudança de Clima (MMA); **Karina Miranda**, Representante do Ministério da Cultura
65 (MinC); **Kátia Evangelista Regis**, Representante do Ministério da Igualdade Racial (MIR);
66 **Laudelina Inácio da Silva**, Representante da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira
67 Jurídica (ABMCJ); **Mara Luzia Feltes**, Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT);
68 **Maria Luiza Fonseca Valle**, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); **Mônica**
69 **Alves Silva**, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social, Assistência, Família e
70 Combate à Fome (MDS); **Nágyla Maria Galdino Drumond**, Representante da Confederação
71 Nacional das Associações de Moradores (CONAM); **Patricia Laundry Mollo Vieira**,
72 Representante do Ministério da Educação (MEC); **Sandra Laules**, Representante da Rede Nacional
73 de Mulheres Negras no Combate à Violência; **Sônia Maria Zerino da Silva**, Representante da
74 Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); **Valéria Cristina Passos**
75 **Valentim**, Representante do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO); **Vanja Andrea Reis**
76 **dos Santos**, Representante da União Brasileira de Mulheres (UBM).: e os seguintes assessores
77 técnicos; **Ana Rocha**, Representante do Ministério das Mulheres; **Carla Ramos**, Representante do
78 Ministério das Mulheres; **Júlio César da Mota**, Chefe de Divisão do Ministério das Mulheres;
79 **Maria Luiza R. de Aquino**, Representante do Ministério das Mulheres; **Sandra Lia Bazzo**
80 **Barwinski**, Coordenadora-Geral do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) do
81 Ministério das Mulheres; **Abertura da Reunião:** A Cida Gonçalves, Ministra das Mulheres e
82 Presidente do CNDM iniciou a reunião e informou a pauta – Dia 27/06/2023: 09h - Abertura; 09h15
83 – Discussão plenária sobre a V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres; 12h – Almoço;
84 14h – Retorno ao tema tratado no período matutino; 18h – Encerramento. Dia 28/06/2023: 09h –
85 Abertura; 09h15 – Continuação da discussão plenária sobre a V Conferência Nacional de Políticas
86 para as Mulheres; 12h – Almoço; 14h – Retorno ao tema tratado no período matutino; 18h –
87 Encerramento. Após a apresentação de todos/as, a Cida Gonçalves, Ministra das Mulheres e

88 Presidente do CNDM discorreu sobre a importância da conferência e da criação da comissão.
89 Agradeceu a participação das conselheiras nas três câmaras técnicas no Senado, pois provavelmente
90 influenciou nas votações e notificou que foi aprovado nas três comissões por unanimidade e no
91 Plenário com apenas um voto contrário. Declarou que o Presidente do Senado Rodrigo Pacheco não
92 encerrou a sessão, logo, a Lei da Igualdade foi aprovada oficialmente na mesma sessão e será
93 sancionada no dia 3, às 16h pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Relatou que foram feitas
94 consultas com o governo e foram obtidas respostas. Relembrou as conferências de Políticas para as
95 Mulheres que ocorreram nos anos de 2004, 2007, 2010, 2016 e os seus eixos. Argumentou que
96 deveria ocorrer conferência a cada dois anos, o que não aconteceu. Citou a quantidade de
97 participantes nas quatro conferências, o decreto de 2018 que convoca a 5ª Conferência, a resolução
98 de 2019 que estabeleceu o período da 5ª Conferência para 24 a 27 de novembro de 2020 e o
99 regimento interno. Asseverou que a conferência foi adiada por causa da pandemia com a resolução
100 nº 23 de 2021 e não ocorreu. Depois, foi destacado que deve ser analisada a conjuntura política
101 vivida nos últimos sete anos e debater sobre a misoginia. Foi salientado que o primeiro golpe
102 misógino existente ocorreu com a ex-presidente Dilma e que desde 2016 estão ocorrendo perdas.
103 Foi lembrada a PEC 95, que retirou alguns direitos e as mulheres foram afetadas. Foi ressaltado
104 que a campanha de 2018 foi baseada no ódio e na misoginia, que as mudanças causaram polêmicas,
105 fortaleceram os movimentos conservadores e permitiu o avanço quanto aos direitos sexuais e a
106 violência. Foi citado que houve a desarticulação e desmobilização das organizações e movimentos
107 feministas, principalmente as mais avançadas. Foi pontuado sobre os grupos fundamentalistas
108 fortalecidos economicamente com o governo anterior e politicamente organizados. Foi refletido
109 quanto a atuação da mulher em grupos organizados, relatado que algumas organizações foram
110 contatadas para opinar sobre o assunto. Foi enfatizado o fato deve ser considerado, pois os estados
111 trazem os delegados. Foi destacado que deve ser analisado as consequências da pandemia para as
112 mulheres, verificar os dados nacionais e trazer esses elementos para as conferências. Foi ressaltado
113 que estão em tempo exíguo para fazer a conferência em 2024, visto que é necessário ter tempo para
114 escrever sobre as pautas importantes para dialogar com a sociedade e disputar com os grupos
115 organizados. Ademais, foi destacado que haverá eleições em 2024 terá eleições e, diante do
116 exposto, a conferência nacional terá que ser adiada para junho e que em maio é iniciado os
117 processos das convenções e plenárias partidárias, e em novembro desse ano haverá campanha
118 eleitoral, devendo ser considerado o custo financeiro. Foi citada a quantidade de coordenações

119 declaradas no relatório de transição, informado que foi realizado em abril o Fórum Nacional de
120 Instâncias de Políticas para as Mulheres, que em 2016 tinha 444 conselhos estaduais e atualmente
121 existem menos de 400. Depois, foi apresentado o relatório financeiro da 4ª Conferência, informado
122 que não está incluído no relatório o que foi gasto com o administrativo, que foi liberado recurso via
123 convênio para conferências estaduais que efetivamente se gastará de 17 a 20 milhões se considerar
124 todo o processo, que normalmente se faz parcerias com empresas que auxiliam no pagamento da
125 conferência e o governo anterior não deixou acordo de cooperação técnica, sendo necessário para
126 2024. Foi informado como orçamento para este ano de R\$ 373 milhões com a previsão de mais
127 recursos, mas 20% dos recursos serão destinados para a área administrativa. Foi discorrido sobre o
128 PPA participativo e cientificado como problema a proibição de banheiros unissex e por gênero em
129 escolas, instituições, universidades e espaços públicos de grande circulação de pessoas, políticas
130 públicas para empregabilidade das mães, combate a violência e renda básica para mães e crianças.
131 Foi citado como desafio a discussão sobre a família e o plano nacional. Foi proposto a conferência
132 para 2025, trabalhar o conselho e os ministérios para mobilizar a população, discutir a política do
133 cuidado com ótica feminista. Foi destacado que existe um movimento de mulheres muito ativo, mas
134 desarticulado. Foi argumentado que, ao ocorrer a conferência em 2024, as conferências municipais
135 aconteceriam esse ano e as estaduais ocorreriam entre fevereiro e março, sendo um prazo exíguo
136 para mobilização e visita aos estados. Foi ressaltado que o governo Lula está exigindo
137 territorialidade, conhecer a realidade de mulheres indígenas e quilombolas, discutir a conjuntura,
138 mobilização, metodologia para atender a todos os territórios, atender ao perfil de todas as mulheres,
139 ter uma metodologia diferente que a sociedade respeite e garanta as pautas. Foi questionada a pauta
140 de hoje e do dia seguinte. Foi respondido que haverá a análise de conjuntura até o horário de
141 almoço e amanhã será avançado quanto ao planejamento e a coordenação da conferência. A Sra.
142 Jane Maria Vilas Boas sugeriu abordar sobre a mulher e o meio ambiente, visto que o Brasil está
143 sofrendo problemas climáticos. Discorreu sobre o aquecimento global, declarou que a SECADI tem
144 mais de 1.038 municípios com riscos de eventos extremos, podendo ocorrer vários danos na área
145 rural, principalmente para as mulheres. Adicionou que existem motivos suficientes para discussão e
146 que existe a discussão de gênero. Discorreu sobre a disputa das mentes, em que existem muitas
147 situações que as mulheres incentivam situações contra ela, e que deve ser analisada essa situação
148 com debates. A Sra. Ivanete Alves de Oliveira saudou a todos, salientou que as mulheres negras
149 sofreram bastante na economia e que querem discutir políticas públicas para as mulheres. Discorreu

150 sobre a falta de saneamento nas periferias, concordou com a conferência em 2025, sobre oposição
151 da câmara e do senado. Declarou que acompanham a política aplicada a mulheres indígenas, e que
152 deve ser pensado em como o governo pode auxiliar a base, que o ministério deve ter um projeto
153 para subsidiar as comunidades, um trabalho de conscientização e formação. Em seguida, a Sra.
154 Laudelina Inácio da Silva aprovou a ideia da conferência em 2025, acrescentou que a instituição
155 que representa apoia as mulheres, que a maioria dos estados não possui secretaria da mulher, que
156 deve ser considerado na conferência, colocou a ABMCJ a disposição, sugeriu após as conjunturas,
157 devem ser criadas as comissões, metodologia e cronograma, arrazoou sobre a importância da
158 paridade, principalmente no setor judiciário. A Sra. Patricia Laundry Mollo Vieira concordou com a
159 conferência em 2025, lembrou a conferência de 2011 onde existiam debates, arrazoou que o
160 governo passado trouxe retrocesso, reforçou que é necessário ter cuidado para lidar com conflitos,
161 trazer a parte das mulheres, salientou que o governo se preocupa com o território e que é necessário
162 trabalhar com as mulheres indígenas. Destacou a importância de uma metodologia mais empática,
163 onde os indígenas e quilombolas podem ensinar. A Sra. Adriana Rosa dos Santos concordou com o
164 adiamento da conferência, destacou sobre a importância do orçamento, da boa instalação das
165 pessoas, de trazer um ambiente acolhedor, com participação social e democracia. Salientou a
166 importância de resgatar a questão da migração ambiental, pois existem eventos extremos, mudanças
167 climáticas, e as mulheres são bem atingidas, sendo necessário trazer a transversalidade na política
168 das mulheres, discutir a experiência da Argentina quanto a política de cuidado, sobre a Lei de
169 Reconhecimento de Contribuições por tarefas de cuidados. Ato seguinte, a Sra. Gláucia de Fátima
170 Barban Morelli pontuou que abrir uma reunião com a intervenção da ministra fazendo uma análise
171 de conjuntura e solicitando que as conselheiras sejam ouvidas é algo diferente dos quatro anos
172 anteriores, em que foi necessário brigar para ter sete intervenções sobre conjuntura. Informou que a
173 Sra. Dirlene Marques retornou, discorreu sobre a importância do dia 03, que é um divisor de águas
174 na vida da mulher brasileira e o ministério costurou o sonho do Ministério da Igualdade Racial.
175 Argumentou que deve visitar o território, que está à disposição, que deve dialogar mais para a
176 maioria, conversar com mais perspicácia sobre a maternidade e a família e encontrar o ponto certo
177 para defender a mulher brasileira. Na sequência, a Sra. Gilcelene Braga Assumpção se apresentou,
178 discorreu sobre a instituição que representa, asseverou que o Brasil não é laico e que o assunto deve
179 ser discutido, arrazoou que está avançando nessas discussões, que é necessário falar da ideologia
180 negra, lembrou o seu tempo de candidatura que muitos entraram em contato, salientou que há

181 alternativas para manter a fé, que existem relatos bíblicos que abordam sobre o confronto com
182 Deus. Foi destacado que existem caminhos para lutar com Deus e lutar pelos seus direitos. Foi
183 destacado a importância do diálogo no conselho, lembrado que a conferência passada foi adiada
184 pois possivelmente perderia direitos e que foi sinalizado para esse ano. Se absteve quanto ao
185 adiamento da conferência, concordou com a análise de conjuntura, enfatizou que vivem uma crise
186 mais intensa, sendo a discussão ambiental essencial. Acrescentou que o movimento social deve ter
187 autonomia e ser organizado, pois no Estado há uma disputa permanente e se não houver organização,
188 pode perder espaço. Ponderou que é necessário tempo e orçamento, mas que deve pensar nesse
189 diálogo. Ato contínuo, a Sra. Celina Alves Padilha Arêas se apresentou, salientou a diferença de um
190 conselho para outro, parabenizou a ministra pelo trabalho, adicionou que deve analisar o momento
191 que vive, pois ganharam a eleição, mas não ganharam ainda as pessoas para acreditarem que existe
192 outro tipo de governo. Arrazoou que deve ser pensado em como atuar para ganhar essas pessoas, em
193 uma metodologia, visto que muitas mulheres têm visões atrasadas e que deve ser discutido sobre o
194 aborto. Discorreu sobre votação em Minas Gerais que a direita ganha a próxima eleição, pontuou
195 que deve existir o Fórum nacional dos conselhos para atuar junto aos conselhos municipais e
196 estaduais. Argumentou que é impossível ter conferência em 2023, pois em 2024 começam as
197 eleições municipais, sendo necessário a conferência em 2025, porém, o mandato das conselheiras
198 acaba em 2024, o que deve ser discutido. Salientou que as câmaras técnicas estão desfalcadas e
199 questionou se pode mudar o nome do ministério. A Sra. Nágyla Maria Galdino Drumond
200 parabenizou a ideia da análise de conjuntura, discorreu sobre a importância do diálogo, pensar em
201 uma metodologia diferente, alegou que as pessoas fundamentalistas sempre existiram. Concordou
202 com o adiamento da conferência, destacou sobre a finalização do mandato, a importância das pré-
203 conferências, que deve haver hegemonia política nas conferências dependendo de como o governo,
204 a economia nacional, o índice de emprego, o grau de segurança alimentar estarão, principalmente
205 das mulheres chefes de família e criar uma metodologia adequada a isso. Ressaltou que a CONAM
206 se coloca à disposição. Salientou que é necessário recurso, considerou defenestrado o senador
207 Eduardo Girão que foi o único contra a igualdade salarial, e queria dar um feto de plástico de
208 presente ao ministro Silvío Almeida. Argumentou que a eleição deve ser ganhada para fazer sucesso
209 na conferência. Foi sugerido fazer a análise de conjuntura e depois fazer o almoço. Foi sugerido que
210 quem não falou, pode falar agora e os outros devem se inscrever a tarde. Todas concordaram. A Sra.
211 Sônia Maria Zerino da Silva parabenizou a ministra pela condução, salientou a importância do

212 diálogo, argumentou que a sociedade civil precisa orientar para a votação no PPA participativo e
213 deve orientar para fazer a senha .GOV, que precisa eleger mais mulheres que representam a luta
214 para auxiliar a votação. Salientou que a política democrática auxilia as pessoas, que é necessário
215 continuar avançando, que a CNTI foi em todos os estados, foi feito um material de conscientização.
216 Informou que é do Nordeste, que é necessário conscientizar. A Sra. Celecina Rodrigues dos Santos
217 parabenizou a análise de conjuntura, ressaltou a importância do PPA, discorreu sobre as vítimas da
218 pandemia, ponderou que a política do cuidado é um assunto sério, que existem muitas mães órfãs,
219 violência e que a senha no .GOV é um empecilho para a participação no PPA. A Sra. Berenice
220 D'arc Jacinto enfatizou a importância da reunião, que as mulheres sofreram na pandemia e no
221 governo Bolsonaro. Salientou que não há disputa de ideias se não tiver um espaço da educação,
222 sendo necessário dialogar, afirmou sobre a Voz do Brasil que não é imparcial, que o currículo da
223 educação deve ser debatido o gênero, discorreu sobre a CNTE, reforçou os movimentos de base das
224 mulheres, o diálogo entre os ministérios e a política do dia a dia e argumentou que as escolas
225 militarizadas não contribuem para o processo que buscam. A Sra. Grace Fátima Souza Rosa
226 parabenizou o discurso da ministra, agradeceu as representantes da sociedade civil que estavam
227 presentes nos últimos anos e sugeriu fazer um apoio coletivo as ministras. Alegou que podem estar
228 sofrendo um efeito rebote e que talvez os movimentos tenham desacelerado, sendo importante
229 pensar em estratégias para aquecer os movimentos sociais para as conferências e concordou com o
230 adiamento das conferências. Anunciou que nos dias 2,3,4,5 de julho de 2023 haverá a 17ª
231 Conferência Nacional da Saúde em Brasília, sendo importante ocupar para abordar pautas
232 feministas e auxiliar na conferência nacional caso seja adiada. A Sra. Francilene Carvalho de
233 Mesquita salientou a influência da mídia quanto as mulheres e crianças, a violência contra as
234 mulheres, questionou quem implementará as 10 ações, concordou com a conferência em 2025 para
235 analisar as ações que não foram executadas. A Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos concordou com a
236 mudança de data para ampliar a participação das mulheres, asseverou que a utilização do .GOV está
237 relacionado ao governo anterior, que deve ser construído pensando no futuro, que muitas mulheres
238 são atacadas, informou que estão tentando organizar um documento para demonstrar o trabalho da
239 Ministra Nísia Verônica Trindade Lima no SUS, que deve ser discutido a melhor metodologia para
240 o SUS, que deve ser trabalhado com as mulheres relacionado ao orçamento e formação no controle
241 social. A Sra. Mara Luzia Feltes afirmou que nada aconteceu na 4ª conferência, que demoraram
242 muito tempo para se reunir e que não havia indicação dos ministérios para compor o conselho,

243 parabenizou as pessoas que estão comprometidas com a luta, esclareceu que estavam contrários
244 porque na época não teria evolução, que houve preocupação com a conferência em 2024 por causa
245 das eleições municipais e concordou com a mudança da data. Salientou a importância das
246 comissões e pontuou que deve existir organização para garantir a participação das mulheres das
247 conferências, sendo uma tarefa da coordenação com as subcomissões de incentivar nas eleições
248 municipais. A Sra. Elisângela Lizardo de Oliveira concordou com a alteração da data, informou que
249 está discutindo nos ministérios a dificuldade de instalações dos conselhos. Concordou que no
250 governo bolsonarista houve um retrocesso quanto a família e com o adiamento da conferência.
251 Sugeriu uma conferência no próximo ano para fazer discussões com a sociedade. Relatou que a
252 conferência do MCTI ocorrerá no primeiro semestre do próximo ano com pauta de mulheres. A Sra.
253 Gláucia de Fátima Barban Morelli concordou com o adiamento da conferência. A Ministra Cida
254 Gonçalves agradeceu a todos e encerrou a reunião. Tarde: A Ministra Cida Gonçalves
255 cumprimentou a todos, declarou que possui um compromisso com a Ministra das Mulheres do
256 Canadá e solicitou que alguém que a substituisse na condução da reunião, relatou que devem ser
257 feitos encaminhamentos quanto a metodologia, definir as câmaras técnicas com a introdução do
258 governo, determinar a data e os debates com os movimentos. Foi proposto para a mesa o envio da
259 apresentação da ministra, destacado a falta de recursos nas conferências, declarada uma abstenção e
260 que deve se preocupar com a garantia de recursos. Foi destacado que no próximo ano haverá eleição
261 do conselho, que pode ser politicamente ruim solicitar o aumento do mandato e que em julho
262 somente as associações podem participar em todas as regionais, sendo uma preocupação para as
263 conferências. A Sra. Kátia Evangelista Regis destacou a importância do debate para perceber o
264 contexto que estão vivenciando, concordou com o adiamento da conferência, salientou que a
265 metodologia deve chegar em todas as mulheres e as mulheres negras são mais vulnerabilizadas, que
266 deve haver uma linguagem simples para que todas as mulheres possam entender a importância da
267 conferência, o quanto pode contribuir para políticas públicas e que podem participar do processo. A
268 Sra. Adélia Moreira Pessoa questionou se a proposta quanto a ministra Nísia. A Sra. Gláucia de
269 Fátima Barban Morelli e a Sra. Grace Fátima Souza Rosa se candidataram a elaborar a nota para
270 apresentar no Pleno no dia seguinte. A Sra. Adélia Moreira Pessoa salientou a importância de
271 desmistificar quanto ao gênero, principalmente para a mudança de padrões sexistas. Declarou que
272 foi conseguido no Conselho Estadual de Educação uma recomendação, que a efetividade deve ser
273 buscada no dia a dia e passar pelas escolas. Ponderou que está sendo feito um trabalho para debater

274 o assunto nas escolas e que foi pautado muitos assuntos sobre educação. Arrazoou que a exposição
275 de crianças na mídia que deve ser pautada, sendo relacionado ao ministério a violência sexual que
276 atinge principalmente meninas de até 17 anos. A Sra. Glaucia de Fátima Barban Morelli propôs
277 uma moção de apoio a senadora Ana Paula Lobato – PSB/MA que pediu afastamento do presidente
278 do Banco Central Campos Neto alegando a Constituição por comprovado e recorrente desempenho
279 insuficiente para o alcance dos objetivos da instituição. Destacou que existe um governo paralelo e
280 enquanto as rédeas da economia não estiverem inteiramente nas mãos do Presidente da República,
281 não se pode dizer que o voto está sendo respeitado e o Presidente do Banco Central não está
282 baixando os juros. Adicionou que se o presidente colocar a economia de pé muitas dessas
283 ideologias perderão força, porque o povo será atendido, principalmente mulheres. Destacou que os
284 juros altos significam morte e que tiveram uma senadora que colocou essa proposta no Senado na
285 semana passada. Destacou que a fiscalização da Lei da Igualdade é essencial, que é necessário
286 combater os juros altos e lutar pela valorização maior do salário-mínimo, pois muitas mulheres
287 negras recebem menos, sendo que o presidente está comprometido com isso. A Sra. Maria Luiza
288 Fonseca Valle concordou com as colocações a respeito da educação como instrumento fundamental
289 das mudanças. Lembrou que é fundamental que tenha uma reunião com o Ministério da
290 Educação, apoiou a proposta, ressaltou que existe uma quantidade grande de profissionais
291 temporários e muitos votaram no governo anterior com formação equivocada. Salientou que deve
292 ter formação dos profissionais e auxiliar na formação da juventude. Ponderou que deve ser utilizada
293 a mesma linguagem para as crianças, pois as redes sociais não estão a favor, apoiou a conferência
294 em 2025, pois o Ministério do trabalho também foi destruído no governo anterior e está atento a Lei
295 da Igualdade. A Sra. Francilene Carvalho de Mesquita alegou que precisa avançar na inclusão
296 digital e propôs fazer um tutorial para ser adequado a cada organização, e que o governo precisa
297 fazer um tutorial sobre o .GOV. Foi informado que será feita uma reunião para verificar as
298 dificuldades das mulheres, foi citado o exemplo do ministério do meio ambiente, ministério dos
299 povos indígenas e principalmente da ministra da saúde. Em relação ao .GOV foi destacado sobre a
300 inclusão digital, que existem ideias muito erradas de professores que apenas se combatem com a
301 educação, que o MEC está sendo reconstruído e que a SECADI foi criada para trazer a voz da
302 diversidade e inclusão e criar comissões com representantes da sociedade civil. Foi destacado que
303 deve ser continuado, que deve haver pluralidade de ideias e que o MEC está à disposição, podendo
304 dialogar com as comissões. Foi acrescentado que MEC pretende fortalecer a instituição democrática

305 por meio dos conselhos escolares e unidades para fortalecer em torno da escola. A Sra. Mariana
306 Braga Teixeira salientou o apoio e a disponibilidade do Ministério da Cultura, que apoia o
307 adiamento da conferência. Relembrou que em 8 de março foram lançados dois editais em parceria
308 com o Ministério das Mulheres em ações afirmativas e solicitou apoio, pois estão buscando apoio
309 da Lei Paulo Gustavo, asseverou que orientam municípios a lançar editais e cotas voltadas a mulher.
310 Foi solicitado a secretária para fazer um resumo da reunião. Foi encerrado o debate de análise de
311 conjuntura. Foi destacada a importância da reunião, que na reunião passada foi acompanhado o PL
312 da Igualdade, a importância de mobilizar as mulheres, garantir inclusão, que se tem um desafio de
313 inovar na conferência, que de 2023 a 2025 devem ter debates de temas emergentes e decisivos para
314 as mulheres, que deve ser capaz de inovar, organizar comissões, cronograma e orçamento. Foi
315 destacado que deve tratar sobre a conferência, que o mandato do conselho deve ser tratado
316 posteriormente e a ideia de nota de solidariedade à ministra Marina, Sônia, presidenta da Caixa Rita
317 Serrano. Foi sugerido que além delas, aumente a equipe para elaborar a nota, além da senadora Ana
318 Paula Lobato. Foi destacado que será decidido quanto as câmaras técnicas. Foi solicitada a
319 participação de outras pessoas na elaboração da nota caso sejam mencionadas mais mulheres. Foi
320 sugerido colocar no Plenário sobre a prorrogação do mandato e das câmaras técnicas. Foi
321 questionado se o mandato do conselho será tratado nesta reunião. Foi questionado se a equipe que
322 elaborará nota das ministras fará a nota da senadora. Foi salientado que as notas são separadas. Foi
323 declarado que a nota das ministras será feita, pois foi aprovada, por Jane Maria Vilas Boas, Rose e
324 Adriana. Quanto a composição de nota relacionada a senadora, foi proposto que fosse elaborado
325 pelas Sras. a Gláucia de Fátima Barban Morelli, Gilcelene Braga Assumpção e Dirlene Marques.
326 Foi esclarecido que o mandato das câmaras técnicas e do conselho não estariam no âmbito da
327 convocação desta reunião do conselho, que as câmaras técnicas serão tratadas no conselho ordinário
328 e o conselho ordinário abrirá a discussão. Foi destacado que está faltando indicação do governo, que
329 o governo tomará providências para compor as câmaras técnicas. A Sra. Mara Luzia Feltes sugeriu
330 para a pauta da próxima reunião ordinária o mandato do conselho, pois pode comprometer a
331 participação, visto que a sociedade civil se colocou a disposição para participar da coordenação
332 geral e subcomissões. A Sra. Celina Alves Padilha Arêas salientou que estão em uma reunião
333 extraordinária, que parece que a maioria concordou com o adiamento e que as comissões devem ser
334 votadas hoje. Foi esclarecido que existem dois tipos de comissões: as regulares e as da conferência.
335 Foi explicado que no regimento de 2021 há previsão da organização da 5ª conferência nacional no

336 artigo 15°. Foi citado o artigo 12°. Foi informado pela Sra. Laudelina Inácio da Silva que a Sra.
337 Vanja Andrea Reis dos Santos está como presidente da Câmara Técnica de monitoramento, suplente
338 a Sra. Glauca de Fátima Barban Morelli, a segunda integrante é a Sra. Adélia Moreira Pessoa,
339 presidente da Câmara Técnica de Legislação e Normas, suplente a Sra. Beatriz Peruffo. Foi
340 informada a presidente da Câmara Técnica de Assuntos Internacionais, a suplente é a Sra. Gilcelene
341 Braga Assumpção, a Sra. Mara Luzia Feltes está responsável pela Câmara Técnica de Planejamento
342 e Orçamento, suplente a Sra. Adriana Rosa dos Santos, a Sra. Deusimar Corrêa, suplente a Sra.
343 Jovanna Cardoso da Silva, a sexta integrante é a Sra. Evelin Cavalini e suplente a Sra. Alessandra
344 Santos de Almeida. Foi lembrado que as conselheiras de notório saber também participam, um
345 ano uma e outro ano a outra, a Sra. Alice e a Sra. Luanda Pires se revezam, que o governo deve
346 definir a participação, que a sociedade definiu as subcomissões e somente deve definir pelo
347 governo. Sobre a comissão de Temática e Relatoria, fazem parte como titulares a Sra. Celina Alves
348 Padilha Arêas e a Sra. Dirlene Marques. Como suplente está a Sra. Nágyla Maria Galdino Drumond
349 e foi acordado na reunião da Coordenação Política, a relatora retirou o seu nome da suplência.
350 Sobre a Comissão de Comunicação e Cultura tem como titular a Sra. Sônia Maria Zerino da Silva e
351 Sra. Francilene Carvalho de Mesquita e como suplentes a Sra. Evelin Cavalini e a Sra. Celecina
352 Rodrigues dos Santos e a Sra. Evelin Cavalini que por fazer parte da comissão organizadora sai
353 dessa comissão. No tocante a comissão de articulação e mobilização é a Sra. Cleide Silva Pereira
354 Pinto e a Sra. Nágyla Maria Galdino Drumond. Foi destacado que a Sra. Nágyla Maria Galdino
355 Drumond está em duas comissões, devendo escolher uma. Foi esclarecido que haverá duas vagas
356 como suplente na comissão de Temática e Relatoria ou como titular na comissão de mobilização e
357 formação. Na comissão de infraestrutura e logística as titulares são a Sra. Jovanna Cardoso da Silva
358 e a Sra. Berenice D'arc Jacinto e as suplentes a Sra. Deusimar Corrêa e a Sra. Vanja Andrea Reis
359 dos Santos que como fazem parte da comissão organizadora saem dessas comissões. Foi salientada
360 a importância de discutir a prorrogação do mandato, pois está interligada a construção da
361 conferência. A Sra. Nágyla Maria Galdino Drumond destacou que deve adiar o mandato e a
362 discussão das conferências é relacionada ao mandato, que o atual mandato irá até julho de 2024,
363 sendo que a conferência ocorrerá em 2025. A Sra. Mara Luzia Feltes sugeriu quatro titulares e
364 quatro suplentes em cada comissão da sociedade civil e representantes governamentais por causa da
365 quantidade de atividades. A Sra. Deusimar Corrêa argumentou que a discussão do mandato deve ser
366 bem planejada e solicitou trazer o regimento interno da 5ª conferência. A Sra. Carmen Foro

367 destacou a sua preocupação porque para fazer prorrogação do mandato requer uma reflexão e
368 cuidado, pois pode soar mal para a democracia e pode ser colocado na próxima reunião, é
369 necessário e precisa de reflexão. Destacou a preocupação de quatro titulares e suplentes deve ser
370 pensado porque tem apenas 16 representantes governamentais, podendo ser três. A Sra. Laudelina
371 Inácio da Silva questionou à Sra. Mara Luzia Feltes se pode ser trocada a proposta por três titulares
372 e três suplentes. A Sra. Mara Luzia Feltes concordou. A Sra. Berenice D'arc Jacinto concordou com
373 a Sra. Carmen Foro, que a conferência não pode parar e o mandato tem que ser discutido com
374 cuidado. Iniciada a votação sobre a inclusão de três titulares e três suplentes governamentais e da
375 sociedade civil em cada comissão, foi aprovado por unanimidade. Após o intervalo, foi informado
376 pela Ministra Cida Gonçalves sobre a reunião com a Ministra das Mulheres do Canadá para trocas
377 de experiências e que ela voltará em agosto quando lançar a campanha da misoginia. Foi informado
378 que tem a comissão do ministério da saúde, política, a coordenação da conferência, composta por
379 diversas pessoas. Salientou que devem ser definidas as coordenações das pré-conferências, trabalhar
380 as comissões de mobilização, organização, acompanhamento das plenárias e o conteúdo. Foi
381 questionado se seria dada a continuidade da comissão organizadora nacional, composição do
382 governo, das subcomissões e criar outras subcomissões das mobilizações. A Ministra Cida
383 Gonçalves ponderou que deve ter mais pessoas na discussão. Foi informado como integrantes da
384 secretaria a Sra. Sandra Lia Bazzo Barwinski, a Sra. Maria Luiza Rodrigues de Aquino, a Sra. Ana
385 Maria Santos Rocha, a Sra. Carmen Foro e a Sra. Rosane, sendo três secretárias, e como suplentes
386 tem a Sra. Atiliana. A Ministra Cida Gonçalves ponderou que verificará depois se entrará mais
387 alguém. Sobre as comissões de Temática e Relatoria, Comunicação e cultura, Articulação e
388 mobilização e infraestrutura e logística e foi questionada se deveria ter outras comissões. A Ministra
389 Cida Gonçalves pontuou que a comissão de organização seria outra, pois seria levantado todos os
390 movimentos. Foi esclarecido que as comissões estão elencadas pelo artigo nº 16 do regimento que
391 pode ser alterado pelo pleno com previsão paritária e foi aprovada a composição de três da
392 sociedade civil e do governo e cada subcomissão define o seu calendário, mas que podem ser
393 discutidos os assuntos na reunião, que a ministra verificará quanto aos representantes
394 governamentais. A Sra. Alice Bianchini salientou que ela e a Sra. Luanda Pires estão presentes no
395 conselho e não está previsto no regimento interno. Foi esclarecido que estarão como titulares e
396 suplentes e o ministério contemplará sete conselheiras governamentais e sete da sociedade civil. A
397 Ministra Cida Gonçalves discorreu que tem as subcomissões de Temática e Relatoria, comunicação

398 e cultura, articulação e mobilização e infraestrutura e logística, que deve ser acrescentado quanto a
399 organização nas subcomissões, pois deve ter um levantamento dos movimentos e como estão para
400 fazer a articulação com os movimentos. Foi esclarecido que o nome da comissão pode ser
401 organização e mapeamento, que o regimento deve ser revisto para alinhar com a conferência e foi
402 concordado com a criação dessa subcomissão, com três representantes governamentais e suplentes.
403 Foi questionado se pode ser verificado com as suplentes. A Ministra Cida Gonçalves ponderou que
404 seria uma comissão emergencial e com curto prazo, não precisando constar no regimento. Foi
405 destacado que isso pode ser feito em um grupo de trabalho. A Sra. Adriana destacou que deve ser
406 algo organizado, com rapidez e eficiência. A Ministra Cida Gonçalves alegou que não é necessário
407 um grupo de conselho pois existem questões a serem trabalhadas como a realização de três
408 plenárias no conselho por ano para dialogar com os conselhos e a outra questão seira para tratar
409 sobre as mulheres que envolve essas temáticas. Adicionou que pode ser distribuída uma planilha
410 para identificar as entidades existentes. A Sra. Celina Alves Padilha Arêas pontuou que a próxima
411 reunião é imprescindível, que essa comissão será interna para reunir os dados para a próxima
412 reunião e convocar o fórum, sendo necessário nas conferências dialogar com os conselhos estaduais
413 e municipais. A Ministra Cida Gonçalves pontuou que haverá dificuldade se o ministério se
414 encarregar e se isso ocorrer, deve ser no prazo do ministério. A Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos
415 se colocou à disposição. Foi concordado com a ideia do formulário, mas que deve haver busca ativa
416 e manter um GT para enriquecer o processo. A Ministra Cida Gonçalves pontuou que os
417 movimentos podem estar juntos, mesmo designando a equipe, não inviabilizando o formulário e que
418 todos devem estar juntos e pode ocorrer de forma *on-line*. A Sra. Adélia Moreira Pessoa declarou
419 que pode verificar as organizações quanto ao seu estado, pois possuem o levantamento das
420 organizações. A Ministra Cida Gonçalves pontuou sobre o grupo de trabalho na próxima reunião
421 que pode ser fornecido por regiões, visto que possuem conselheiras de vários estados. A Sra.
422 Celecina Rodrigues dos Santos, a Sra. Cleide Silva Pereira Pinto e a Sra. Deusimar Corrêa se
423 colocaram à disposição para auxiliar quanto ao Rio de Janeiro. A Ministra Cida Gonçalves propôs
424 como representação do ministério a Sra. Ana Rocha e a Sra. Sandra Marrocos e a Sra. Vanja Andrea
425 Reis dos Santos da sociedade civil para concentrar as informações, a Sra. Bárbara centralizar as
426 informações, verificar um formulário .doc e pensar em uma relação interministerial. A Sra. Grace
427 Fátima Souza Rosa ponderou se colocou a disposição. Explicou que as entidades são nacionais,
428 sendo importante entrar em contato com os estados. Foi destacado que podem auxiliar quanto ao

429 CNTE. A Sra. Jane Maria Vilas Boas questionou se tem incompatibilidade com partidos com
430 movimentos femininos. A Ministra Cida Gonçalves esclareceu que nunca tiveram compatibilidade
431 regimental, mas que deve ser feito o levantamento das organizações e depois dos partidos, pois são
432 mais organizados. Foi concordado. Foi lembrado o Fórum Nacional das Trabalhadoras das
433 Centrais Sindicais, onde as centrais podem contribuir e na CNTI. A Ministra Cida Gonçalves
434 sugeriu que deve ser feito esse encaminhamento por escrito amanhã, sendo a organização
435 importante e trabalhar amanhã os cronogramas e na próxima reunião trazer um mapeamento básico
436 para verificar como serão feitas as plenárias e os territórios, que devem ser tomados cuidados, se
437 comprometeu a conversar com a secretaria geral para verificar os maiores desafios e ver a
438 possibilidade de trabalhar com uma plataforma mais popular e conversar com os movimentos. A
439 Sra. Cleide Silva Pereira Pinto solicitou a inclusão do nome quanto ao Rio de Janeiro. Foi destacada
440 a importância da movimentação. A Ministra Cida Gonçalves salientou a importância de abordar
441 sobre a família, maternidade e dialogar com as evangélicas. Relatou que foi informado que no dia
442 12 sai a pesquisa do IBGE e que deve ser discutido quem são as mulheres brasileiras, o que pensam
443 e como vivem, devendo ser pensado a metodologia da conferência. Salientou a importância de
444 renovar a Política Nacional para as Mulheres, que deve existir um processo democrático, construir
445 uma rede das mulheres e deixar eles envergonhados pela intimidação as deputadas. **Abertura - Dia**
446 **28/06/2023 – Manhã:** A Ministra Cida Gonçalves iniciou a reunião cumprimentando a todos,
447 informou sobre a Marcha da Misoginia em 14 de agosto, discorreu sobre o seu compromisso.
448 Informou que 4 ministras aceitaram vir como a da Argentina, Chile, Uruguai e Canadá na Marcha
449 da Misoginia e que deseja que se torne algo internacional. Propôs a condução pela Sra. Carmen
450 Foro ou a Sra. Mara Luzia Feltes. Todas concordaram. A Sra. Carmen Foro cumprimentou a todas.
451 A Sra. Mara Luzia Feltes lembrou que as comissões devem ser recompostas. Na subcomissão de
452 Temática e Relatoria, relatou que fazem parte como titulares a Sra. Celina Alves Padilha Arêas e a
453 Sra. Dirlene Marques. A Sra. Gilcelene Braga Assumpção se candidatou para suplente. A Sra.
454 Alessandra Santos de Almeida solicitou o relato das comissões. Foi relatado que a Comissão de
455 Comunicação e Cultura tem como titular a Sra. Sônia Maria Zerino da Silva e Sra. Francilene
456 Carvalho de Mesquita e como suplentes a Sra. Evelin Cavalini e a Sra. Celecina Rodrigues dos
457 Santos e a Sra. Evelin Cavalini por fazer parte da comissão organizadora saem dessa comissão. A
458 Sra. Adriana se candidatou. No tocante a comissão de articulação e mobilização é a Sra. Cleide
459 Silva Pereira Pinto e a Sra. Nágyla Maria Galdino Drumond. A Sra. Elisângela Lizardo de Oliveira,

460 a Sra. Sandra Laules se candidatou para a titularidade e a Sra. Glauca de Fátima Barban Morelli
461 retirou a sua candidatura. Sobre a comissão de infraestrutura e logística, a Sra. Ivanete Alves de
462 Oliveira se candidatou. Foi esclarecido que as conselheiras que integram a comissão organizadora
463 estão com as subcomissões na coordenação. A Sra. Dirlene Marques ponderou que a coordenação
464 definirá os nomes que acompanharão as subcomissões. A Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos
465 argumentou que a comissão deve ter uma coordenação, que a coordenação é do conselho, que o
466 conselho é esse Pleno e o pleno tem uma coordenação política, que está dentro da coordenação da
467 conferência. Destacou que a coordenação deve estar dentro das comissões, que as comissões estão
468 inflando e que o procedimento deveria ser feito de outra forma. Foi citado o artigo 13º e o 11º do
469 Regimento da conferência. Foi destacado que a coordenação é responsável pelas comissões e haverá
470 trabalho para todas, que é pressuposto que quem está na coordenação política coordenará todas as
471 comissões. A Sra. Celina Alves Padilha Arêas salientou que o regimento foi definido em outra
472 época e sugeriu definir as coordenações em outro momento, pois todas as conselheiras precisam
473 sobre o regimento interno. Foi destacado que deve ser adequado, que o regimento foi enviado e
474 futuramente podem ser feitas alterações. Foi informado que o governo definirá quanto ao governo,
475 que haverá outras tarefas, que titulares e suplentes participarão. A Sra. Glauca de Fátima Barban
476 Morelli ponderou que a comissão organizadora deve buscar ampliar a participação, não se restringir
477 as titulares e que incluir as suplentes. Foi respondido que isso naturalmente acontecerá. Foi
478 esclarecido pela Ministra Cida Gonçalves que o regimento é de 2021, que pode ser norteador, mas
479 deve buscar uma nova metodologia, buscar outras pessoas dentro do debate e trabalhar com
480 flexibilidade considerando que estão em outra situação. A Sra. Patricia Laundry Mollo salientou
481 que o plenário tem soberania, que o regimento pode ser considerado, mas é soberano. Foi sugerida a
482 leitura das cartas. A Ministra Cida Gonçalves sugeriu uma nota de apoio a Sra. Janja no Instagram
483 do conselho. Adicionou que é uma discriminação ao Presidente Lula. Adicionou que a coordenação
484 política disse que deve ter reuniões três vezes por ano no conselho, propôs uma plenária do
485 conselho e fazer um levantamento sobre os movimentos para fazer as articulações. Destacou que
486 terão o Fórum Interconselhos, a sanção da Lei de Igualdade, Marcha das Margaridas, entre outros.
487 Discorreu sobre a falta de orçamento e que está dependendo do Ministério dos Direitos Humanos, e
488 na próxima reunião pode fazer planejamento para as ações em 2024. Foi lida a moção sobre a
489 senadora. A Ministra Cida Gonçalves sugeriu a inclusão da falta de investimento relacionada as
490 mulheres, que o compromisso dele não é o mesmo. Foi sugerido incluir depois das altas de juros

491 “*que impede o investimento público nas necessidades do povo, especialmente nas necessidades das*
492 *mulheres, além de atender apenas os interesses dos 1% mais ricos, provando que Campos Neto não*
493 *age a favor do Brasil, mas sim dos interesses que representa, ou seja, os interesses do capitalismo*”.

494 Foi acrescentado que deve esclarecer no texto que apoiar os interesses de remoção do presidente do
495 órgão. Foi sugerido que a nota deve ser dirigida a ela e ao Sr. Randolfe Rodrigues, que está
496 colocando a mesma questão que a senadora. Foi sugerido verificar se o Sr. Randolfe Rodrigues
497 também lançou a nota, e se tiver, pode ser incluído. Foi informado no segundo parágrafo para trocar
498 o termo insanidade. A Sra. Alice Bianchini questionou quanto a independência do Banco Central e
499 se está apoiando as características delas. Foi esclarecido que está apoiando a saída. Foi proposto
500 para fazer um parágrafo reforçando a fala dela e que se repudia ações misóginas e terminar com
501 Fora Campos Neto. A Sra. Alice Utida Ferreira Manica questionou se o conselho estava indignado
502 com a independência do Banco Central ou o desvirtuamento da independência do Banco Central, e
503 destacou que se trata de uma autarquia. A Sra. Dirlene Marques ponderou que é contra a
504 independência do Banco Central e que deve haver uma manifestação e um parágrafo sobre a
505 misoginia. Foi destacado o posicionamento contrário contra a independência do Banco Central, que
506 pode ser colocado o desvirtuamento da independência do Banco Central porque é a disputa central
507 da conjuntura e que deve ser colocado de forma que acumule a discussão. Foi sugerido colocar a lei
508 que está falando e a estratégia de comunicação para o texto não ser contestado, que pode ser
509 sugerido um debate sobre a independência, que pode dizer que a posição dele fere a lei. Foi
510 concordado. Foi destacado que a sociedade civil deve colocar o seu posicionamento, discorrido
511 sobre a necessidade de orçamento, que deve se posicionar sobre a autonomia do Banco Central e
512 que a lei não está sendo totalmente cumprida, sendo o papel da sociedade civil de radicalizar essas
513 proposições. A Sra. Kátia Evangelista Regis concordou, sugeriu focar no apoio a senadora e na
514 misoginia e alegou que se colocar sobre a autonomia do Banco Central pode encaminhar para outro
515 sentido. A Sra. Jane Maria Vilas Boas arrazoou que ao construir uma nota, deve haver eficiência e
516 uma escolha e utilizar os dois pode sombrear os discursos das mulheres e que a autonomia pode ser
517 discutida em outro momento. A Sra. Glaucia de Fátima Barban Morelli discorreu a importância da
518 sociedade civil, que deve amadurecer as ideias e lutar pela remoção dele. A Sra. Carmen Foro
519 ponderou que todas discordam da autonomia e que não pode criar falsas polêmicas no conselho, que
520 deve ter foco na nota, solidariedade a ela e sugeriu finalizar a nota e ler. Arrazoou que é uma
521 situação que está em ebulição. Questionou se alguém se dispõe a montar as notas da Janja e das

522 parlamentares. A Sra. Alessandra Santos de Almeida se dispôs a construir a nota das parlamentares.
523 A Sra. Carmen Foro informou que o GTI fez uma nota. A Sra. Alessandra Santos de Almeida
524 sugeriu elaborar e a nota, submeter ao CNDH e à Comissão de Gênero e Raça. A Sra. Dirlene
525 Marques se candidatou para ajudar na nota. Em seguida, foi lido sobre a nota das ministras. No
526 tocante a nota da Janja, a Sra. Adriana, a Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos, e a Sra. Alessandra
527 Santos de Almeida se candidataram para fazer. A Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos explicou o
528 formulário, adicionou que Sandra, Ana e ela se reuniram para construir o formulário que será
529 divulgado ao conselho. Leu a proposta do formulário. Foi destacado que o formulário precisa
530 acessar a todos e foi questionado como alcançará uma regional do Pará por exemplo. Foi destacado
531 que deve alcançar a periferia, que pode fazer pontos focais. Foi pontuado que deve verificar o que
532 não exclui as organizações. A Sra. Gilcelene Braga Assumpção concordou, sugeriu perguntar se
533 tem CNPJ ou não, quantos participam, que pode ser colocado outros personagens para auxiliar. A
534 Sra. Grace Fátima Souza Rosa sugeriu colocar “*se houver*” na aba endereço, colocar data de
535 início/fundação, e sugeriu um cadastro no site do ministério. A Sra. Francilene Carvalho de
536 Mesquita questionou se a conferência seria para mulheres somente, que a questão do misto está
537 confusa, que pode imprimir o *Google Forms* e colocar no sistema. A Sra. Alice sugeriu fazer no
538 celular, incluir os dados e colocar se tem alguma entidade para indicar. A Sra. Adriana Rosa dos
539 Santos alegou que deve explicar a área de atuação e o foco e que pode fornecer duplicidade da
540 informação na forma mista. A Sra. Celina Alves Padilha Arêas ponderou que não sabe se a
541 metodologia abrangerá a organização, que deve haver ser mais aberta. A Sra. Alessandra Santos de
542 Almeida arrazoou que existem muitos grupos virtuais, que deve atingir as mulheres de comunidades
543 tradicionais, como encontra e localiza as mulheres. A Sra. Berenice D’arc Jacinto pontuou sobre o
544 endereço, que deve ampliar para endereço e endereço virtual. A Sra. Nágyla Maria Galdino
545 Drumond sugeriu impor como uma ação permanente, mapear inclusive os grupos conservadores e
546 todas as mulheres sejam identificadas. Foi destacado que é um processo que pode trazer desconforto
547 como lidar e que o grupo pode analisar para apresentar. A Sra. Alessandra Santos de Almeida
548 sugeriu um grupo organizado para fazer a pesquisa. A Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos destacou
549 a importância da construção coletiva. Foi informado que o organograma e a outra carta serão
550 discutidos a tarde. Foi lida a carta de apoio. A Sra. Berenice D’arc Jacinto sugeriu fazer um
551 documento para cada ministra. A Sra. Alice argumentou que pode ser considerado algo estrutural ao
552 considerar todas. A Sra. Berenice D’arc Jacinto retirou. A Sra. Dirlene Marques sugeriu colocar um

553 texto relacionando todas. Foi destacado que deve ser destacado de forma coletiva. A Sra. Mara
554 Luzia Feltes ponderou que o texto deve ser melhorado e que pode falar no coletivo. A Sra. Alice
555 Utida Ferreira Manica destacou que o segundo parágrafo faz essa ligação, que pode ser informado
556 com menos detalhes o que cada uma sofre e fazer a ligação no final reforçando o que todas sofrem.
557 A Sra. Kátia Evangelista Regis parabenizou a nota, concordou que é algo coletivo e sugeriu
558 acrescentar diversidade étnico-racial. A Sra. Berenice D'arc Jacinto a importância da história e as
559 funções que elas exercem também. A Sra. Sandra discorreu sobre o ministério e questionou se
560 colocaria na nota. Foi enfatizada a importância das políticas, a necessidade de citar a relação das
561 mulheres nessas áreas e a importância delas. Depois foi encerrada a reunião. **Tarde:** A Ministra
562 Cida Gonçalves iniciou a reunião cumprimentando a todos e passou a palavra para a Sra. Celina
563 Alves Padilha Arêas. A Sra. Celina Alves Padilha Arêas lembrou que tem o formulário de
564 inscrição para a Marcha das Margaridas no dia 21 e começa no dia 14 a partir de meia-noite, no dia
565 15 começa a abertura oficial no Parque da Cidade, que as inscrições são pelas Federações de
566 trabalhadores e trabalhadoras rurais. A Ministra Cida Gonçalves explicou que as inscrições são para
567 o alojamento. Foi questionado sobre uma ação do conselho para a marcha. Foi destacado que teria
568 que avisar até segunda passada para verificar o alojamento e que deve haver estrutura. Foi pontuado
569 que no dia 14 de agosto haveria o lançamento da Marcha contra a misoginia. Foi esclarecido que
570 seria pelo ministério. Foi informado que serão buscadas mais informações, lembrada sobre a
571 Marcha das Margaridas anteriores, que receberam a pauta do dia 21, destacada a importância da
572 Marcha. Foi apresentada a nota das ministras. Iniciada a votação, foi aprovada por unanimidade a
573 nota. Foi solicitado o envio do documento. Foi concordado e salientado que são três notas, uma
574 sobre o Banco Central, outra sobre a Janja e outra sobre as parlamentares na comissão de ética.
575 Iniciada a discussão sobre o cronograma, a Sra. Mara Luzia Feltes sugeriu apresentar o calendário
576 das reuniões do conselho. Foi lido o capítulo 14, parágrafo segundo do regimento. Foi esclarecido
577 que estão abordando o cronograma das reuniões quanto a mobilização, que está prevista a reunião
578 ordinária do conselho nos dias 26 (a coordenação da pré-conferência e das subcomissões), 27 e 28
579 (Pleno), sendo que no dia 25 reuniões das câmaras técnicas e que provavelmente um dos dias será
580 sobre as conferências. A Sra. Mara Luzia Feltes relatou que ficou previsto as reuniões nos dias 25,
581 26, 27 e 28, sendo uma das câmaras técnicas, outro da coordenação política e os outros do Pleno e a
582 outra seria em setembro, a Marcha das Margaridas nos dias 15 e 16 e o lançamento internacional em
583 agosto da implantação da RMAAM. Foi solicitada a inclusão da Marcha da Misoginia no dia 14 de

584 agosto e 15 e 16 de agosto a Marcha das Margaridas. Foi sugerido uma reunião próxima a Marcha
585 para comparecer. Foi comunicado que em setembro e em novembro haverá reuniões com a mesma
586 dinâmica de reuniões das câmaras técnicas, da conferência e do Pleno. Foi destacada que deve ser
587 discutida sobre como deve ser feita as reuniões para as pré-conferências. Foi lembrado do ano
588 passado que houve encontros com conselhos estaduais e que deve ser mais ampliado. Foi sugerido
589 que as plenárias estaduais tenham um limite de público para que as pessoas possam se candidatar
590 para a nacional. A Sra. Mara Luzia Feltes concordou, sugeriu fazer a reunião nacional e depois as
591 pessoas retornarem aos seus estados e colocar uma reunião do Pleno em setembro. Foi sugerido
592 fazer a reunião com os conselhos casada com a reunião do Pleno em setembro, podendo marcar a
593 reunião com os conselhos ou antes ou depois do Pleno. Foi sugerido fazer a reunião durante a
594 semana toda para vencer a pauta, visto que novembro tem um calendário denso. Foi comunicado
595 que no próximo dia 03 haverá o lançamento da sanção da lei de igualdade salarial, a marcha das
596 mulheres indígenas em 07,08 e 09 de setembro, sugerido em setembro a reunião com os conselhos e
597 em novembro com o movimento das mulheres, pontuado que as duas atividades devem ser bem
598 elaboradas, estimuladas e como devem ser custeadas. A Sra. Gilcelene Braga Assumpção
599 concordou sobre a importância de estimular os conselhos, enviar as notas aos conselhos, que deve
600 haver reconhecimento das conselheiras nos estados. A Sra. Deusimar Corrêa concordou, ressaltou a
601 importância do Ministério enviar um ofício informando pois o Rio de Janeiro possui a Secretaria da
602 Mulher por exemplo. A Sra. Gláucia de Fátima Barban Morelli lembrou sobre identidade
603 elaborada para as conselheiras e foi concordado com as ideias. A Sra. Alice Bianchini alegou que
604 não pode atrelar uma situação a outra, pois pode engessar em alguns estados. Foi destacado que
605 serão feitas duas grandes atividades junto as reuniões do conselho de setembro e novembro, com
606 conselhos estaduais e movimento de mulheres e a importância do movimento. Foi ponderado que
607 deve ser verificado se possuem os contatos de todos os conselhos municipais. A Sra. Alessandra
608 Santos de Almeida questionou como serão iniciadas as mobilizações. Foi esclarecido que ao
609 verificar o calendário, será o momento de aperfeiçoar as preocupações. A Sra. Laudelina Inácio da
610 Silva argumentou que a metodologia pode iniciar com a apresentação das conselheiras pela
611 secretaria e o envio do formulário que pode ser feito antes do dia 26 de junho, lembrou o Fórum
612 Interconselhos que ocorrerá nos dias 10 e 11 de julho e do GTI sobre Violência Política que terá
613 continuidade e o de Justiça no dia 10. Foi destacado que os conselhos estaduais têm os dados dos
614 Conselhos municipais. A Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos lembrou que se colocou a disposição

615 para fazer as pesquisas das instituições de mulheres em seu estado e ao divulgar, recebeu várias
616 mensagens. Arrazouou que a secretaria possui os dados, mas estão incompletos, que a secretaria de
617 assistência social tem muitos dados. Quanto a credencial, foi informado que haverá um comunicado
618 no final, que será comunicado sobre a conferência, que deve ser colocado o Fórum Interconselhos
619 no calendário discorrido sobre o que foi discutido, sobre o GTI que foi instalado em 15 de maio e
620 que a próxima reunião será no dia 10 de julho com todo o sistema de justiça para ter elementos para
621 a construção da Política de Enfrentamento contra a Violência. Foi sugerido como título da para a
622 nota: “*nota pública de solidariedade*”. Foi destacada a importância da sociedade participar da
623 política. Depois foi lida a nota referente a senadora. A Sra. Valéria Cristina Passos Valentim
624 cientificou que deve fazer uma inscrição para participar do Fórum Interconselhos. Foi lida a nota de
625 apoio as deputadas. Foi questionado sobre o terceiro parágrafo e salientado sobre a representação
626 das mulheres nos espaços. Foi concordado com a justiça social e sugerido inserir a justiça racial
627 também. A Sra. Alessandra Santos de Almeida discorreu sobre a importância de abordar sobre o
628 silenciamento. A Sra. Alice questionou se não pode colocar brancas e amarelas. Foi destacado que
629 pode colocar, mas se está abordando que não está sendo privilegiados. A Sra. Alessandra Santos de
630 Almeida sugeriu incluir “*especialmente as negras, indígenas, quilombolas, deficiências, rurais*”. A
631 Sra. Kátia Evangelista Regis reforçou a importância de colocar os grupos mais vulnerabilizados. Foi
632 destacado que mulheres vítimas estão em todas as instâncias, sem perfil específico e que ao colocar
633 apenas negras, indígenas, quilombolas, deficiências e rurais engloba a todos. Foi destacado que a
634 ausência de não binárias e transsexuais pode ser um prejuízo. A Sra. Patricia Laundry Mollo relatou
635 que no Ministério da Educação costuma colocar pessoas com deficiências, altas habilidades e super
636 dotação e com relação as rurais utilizam os termos camponesas, povos das águas e florestas;
637 Concordou com a inserção de as mulheres negras e quanto ao gênero e sugeriu colocar as
638 transsexuais. Foi lembrado que a maior parte das famílias são chefiadas por mulheres cisgênero.
639 Foi sugerido colocar “*mulheres brasileiras em toda a sua diversidade*”. Foi discordado. Foi
640 sugerido aceitar a nota como foi recebida. Foi sugerido pela Sra. Maria Luiza Fonseca Valle colocar
641 quanto a vulnerabilidade social das mulheres. Foi acolhida a nota conforme foi recebida e inserir
642 sobre a vulnerabilidade. Foi aprovada a nota por todos. Iniciada a discussão sobre a nota da Janja,
643 foi destacado pela Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos que é importante não apenas ter nota, mais se
644 reunir com os representantes das mulheres de partido para discutir sobre o tema, que deve ter um
645 pedido de audiência para exigir uma postura dos partidos e seria encaminhado todas as notas. Foi

646 sugerido fazer a nota, enviar ao grupo das conselheiras, solicitar a audiência e incluir todos os temas
647 que devem ser pautados. Foi concordado com o encaminhamento, e foi questionado quanto a
648 representação no Fórum Interconselhos. A Sra. Celecina Rodrigues dos Santos sugeriu fazer
649 movimentos virtuais para retomar o ativismo feito nas eleições. A Sra. Valéria Cristina Passos
650 Valentim explicou que os conselhos são convidados pelo Ministério. Foi comunicado que será feita
651 uma carta de apoio a Janja, um pedido de pressão ao Presidente do Congresso, que alguém pode
652 fazer a militância virtual e que todas podem se vestir de abóbora em apoio a Janja. Foi destacado
653 sobre a participação social que envolve o Fórum Interconselhos, plenárias presenciais e virtuais. Foi
654 destacado que esse ministério encaminhou que quem participaria seria a coordenação política, no
655 caso a Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos, a Sra. Mara Luzia Feltes, a Sra. Adélia Moreira Pessoa, a
656 Sra. Alice Bianchini e a Sra. Laudelina Inácio da Silva. Foi explicado que tem duas vagas porque a
657 Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos representa a sua instituição. Foi ressaltado pela Sra. Glaucia de
658 Fátima Barban Morelli a importância da consulta ao Pleno para abrir oportunidade a participação.
659 Foi notificado que foi divulgado no grupo no dia 10 de abril. Foi ressaltado que a comissão política
660 deve viabilizar uma consulta mais democrática. Depois, foi sugerido a consulta via e-mail. A Sra.
661 Dirlene Marques discorreu que houve cinco meses de dificuldade, que existem outras questões, que
662 a coordenação política deve ter comunicação com o conselho, citou caso de nota que não foi
663 disponibilizada após a solicitação. A Sra. Alessandra Santos de Almeida concordou com o e-mail,
664 mas argumentou que o WhatsApp também deve ser utilizado, e deve ser otimizado. Não se
665 candidatou a vaga, solicitou ao Pleno que ao escolher para as próximas comissões, que sejam
666 consideradas pessoas negras e indígenas. Foi reiterado que o WhatsApp é importante, mas deve ser
667 formalizado também por e-mail. Foi destacado que a reunião do Fórum Interconselhos será nos dias
668 10 e 11 e foi questionado quem se colocar a disposição. A Sra. Deusimar Corrêa e a Sra. Nágyla
669 Maria Galdino Drumond se colocaram à disposição. Todas concordaram. Foi destacada as
670 dificuldades do ministério e que será enviado os encaminhamentos a ministra e ressaltada a
671 importância de verificar as reuniões e analisar as melhorias. **Encerramento:** Finalizadas as
672 discussões, a reunião foi encerrada.